

Oliveira Martins e o miguelismo: posteridade de uma problemática

Oliveira Martins and “miguelismo”: posterity of a central topic

SÉRGIO CAMPOS MATOS

Universidade de Lisboa, Centro de História

smatos@campus.ul.pt

<https://orcid.org/0000-0001-8521-5817>

Texto recebido em / Text submitted on: 11/05/2022

Texto aprovado em / Text approved on: 06/10/2022



Resumo. Nenhuma obra historiográfica terá sido tão marcante na construção da história do Portugal oitocentista, e em particular do regime de D. Miguel, como o *Portugal Contemporâneo* de Oliveira Martins. Sobre ela produziram-se as mais desencontradas apreciações, não só nos anos que se seguiram à sua publicação (1881), mas ao longo do século XX. Entre outros problemas, estava em causa a avaliação histórica do miguelismo e da revolução liberal de 1834, antecedentes sem os quais era impossível compreender a sociedade portuguesa no tempo da Monarquia Constitucional. Numa época dominada pela narrativa liberal acerca do legitimismo miguelista (a versão herdada dos vencedores da Guerra Civil de 1832-34), Oliveira Martins distanciou-se claramente do cânone liberal. Em que sentidos? Que significado tem o retrato que deixou de D. Miguel e do miguelismo? Como foi recebido *Portugal Contemporâneo* pela crítica? Pretende-se caracterizar a sua narrativa historiográfica e estudar as diversas linhas da sua receção, inscrevendo-as na batalha de memórias que se foi desenvolvendo acerca do regime de D. Miguel e do liberalismo.

Palavras-chave. D. Miguel, miguelismo, liberalismo, historiografia.

Abstract. No other historiographical work has been so influential as Oliveira Martins' *Contemporary Portugal* in the construction of the history of 19th century Portugal, particularly about the regime of King Miguel. The most controversial assessments were produced about it, not only in the years following its publication (1881), but throughout the 20th century. Among other problems, at stake was the historical evaluation of Miguelism and the 1834 Liberal Revolution, backgrounds without which it would be impossible to understand Portuguese society at the time of the Constitutional Monarchy. In a time dominated by the liberal narrative of Miguelist legitimism (the version inherited from the winners of the Civil War of 1832-34), Oliveira Martins clearly distanced himself from the liberal canon. In what ways? What is the meaning of the portrait of prince Miguel and of Miguelism that he left us? How was *Portugal Contemporâneo* received by criticism? We aim to characterise this historiographical narrative and study its various lines of reception, inscribing them in the battle of memories which has been developing about Miguel's regime and liberalism.

Keywords. King Miguel, *miguelismo*, liberalism, historiography.

“Dizer as coisas como elas são pode doer, mas o que arde sara”

J. P. Oliveira Martins, “Explicações (na segunda edição)”,
Portugal Contemporâneo, 7.ª ed., 1953 [1883]: 23.

Heterodoxia

Raros livros de história terão tido em Portugal o impacto do *Portugal Contemporâneo*, de Oliveira Martins. A sua leitura moldou até hoje profundamente a visão do século XIX e do sistema liberal – isto apesar da renovação historiográfica que se verificou desde os anos 80 do século XX sobre a sociedade portuguesa oitocentista. No entanto, têm dominado leituras parciais da obra, comandadas por pré-conceitos políticos e doutrinários, isolando tópicos de pormenor, a partir de citações fora de contexto ou sobrevalorizando o tom geral da narrativa, assim reduzindo a sua matizada complexidade. Independentemente das apreciações que sobre esta obra se constroem, justifica-se plenamente um estudo mais aprofundado sobre ela, que a integre no quadro da Biblioteca das Ciências Sociais. E que possa até ser o ponto de partida para uma tão necessária edição crítica¹.

Publicado na primavera de 1881, no período áureo do rotativismo, e decerto escrito quando se encontrava no poder um ministério de Anselmo Braamcamp², *Portugal Contemporâneo* logo suscitou reações diversas de críticos dos mais variados quadrantes. Houve reações públicas e privadas. O historiador assumiu à partida o carácter polémico da obra, bem consciente do seu lado incómodo: “muitos acabarão chamando reacionário – até miguelista! – ao que o escreveu. Os radicais hão-de condená-lo como herético, os conservadores como importuno, os ultramontanos fulminá-lo como perverso” (MARTINS 1953 [1881] I: 27). E não se enganava: o futuro confirmaria esse efeito simplificador de grande parte da sua receção. Torna-se pois necessário ler e reler um livro que, na sua diversidade de perspetivas e opacidade, sempre resiste às múltiplas interpretações de que tem sido objeto.

Independente de partidos e alheio a qualquer espírito de sistema, Oliveira Martins adotava um ponto de vista crítico sobre os cerca de 40 anos que vão da morte de D. João VI (1826) a cerca de 1868. Abordava pois um tempo histórico que era então muito próximo. Nessa posição de independência e sentido crítico reside a

¹ Da primeira edição (1881) para a segunda (1883), ambas da Bertrand, há diversos acrescentos e modificações que importará estudar.

² Oliveira Martins tinha elevada consideração por Anselmo Braamcamp (1817-1885), líder do Partido Progressista, alternativo ao Partido Regenerador, que estivera no poder de 1871 a 77 e em 1878-79. *Portugal Contemporâneo* é-lhe dedicado.

sua originalidade. Mas não só. Também no que respeita à estrutura da narrativa. Nessa época, a memória recente da revolução liberal e do Portugal constitucional era dominada por crónicas factuais de acontecimentos em sequência cronológica, mais ou menos limitados à superfície da vida política e dos sucessos militares, ou romances. Lembrem-se, entre outros, os trabalhos de Joaquim Martins de Carvalho (CARVALHO 1868) e de António Teixeira de Macedo (MACEDO 1880), este último escrito oferecido aliás a Oliveira Martins como auxiliar para o seu trabalho. Sem esquecer as detalhadas narrativas de Luz Soriano sobre a Guerra Civil de 1832-34 e os seus antecedentes, que embora envolvam uma perspetiva crítica da elite liberal (PINA s. d.), pouco têm de comum com a estratégia expositiva de Oliveira Martins. Com outras características, a *História das ideias republicanas* (BRAGA 1883 [1880]), de Teófilo Braga, adotava uma leitura positivista e republicana do passado nacional, nele antecipando um futuro necessário sob a forma de uma República federal redentora: tratava-se pois de uma leitura instrumental do passado num registo historicista. Entretanto o romance de matéria histórica evoluía no sentido do passado recente: lembrem-se os casos de *Prato de arroz doce* (1862) de Teixeira de Vasconcelos, de *Mário* (1868) de Silva Gaio, centrados na guerras civis de 1832-34 e de 1847, ou a mais tardia narrativa de Camilo Castelo Branco dedicada à *Maria da Fonte* (1885). Por esse tempo, difundia-se a fotografia não apenas no espaço público, mas também no espaço privado. E o romance realista dava os primeiros passos com Júlio Dinis e, já nos anos 70, com Eça de Queiroz. Quer na fotografia, quer na literatura e nas artes plásticas, afirmava-se uma intencionalidade realista. Todos estes meios de expressão concorriam para o chamado efeito de real a que se referiria mais tarde Roland Barthes.

Bem diverso das tradicionais crónicas acima referidas de Martins de Carvalho e de Teixeira de Macedo é o propósito do *Portugal Contemporâneo*. Trata-se de uma narrativa histórica, sem dúvida. Mas dificilmente se pode catalogar a obra num género específico, único. História? Crónica? Ensaio? Obra de carácter híbrido, tem capítulos em registo cronístico, de intenção realista. Tome-se um exemplo, aliás marcante, pois trata-se da abertura da narrativa: “S. M. fora a Belém comer uma merenda. Era nos primeiros dias de Março. Quando voltou ao palácio achou-se à noite, mal – caibras, sintomas de epilepsia, Vieram médicos...” (MARTINS 1953 [1881]: 39). Há subcapítulos em que o registo é de historiador e outros ainda em que o registo é ensaístico, problematizante, por exemplo, nos capítulos finais. O critério cronológico articula-se com o temático (este sobretudo nos dois últimos capítulos do livro), tratando tópicos tão relevantes como o iberismo, o socialismo e as questões constitucionais, económicas e geográficas.

Seja como for, o que não há dúvida é que se trata, como notou Jorge Borges de

Macedo, de “um livro para uso do debate político do regime e tentando analisar as condições de aproveitamento e reforma do sistema”. Nesse sentido é também um exemplo de “história aplicada” (MACEDO 1981: 9). É uma profunda reflexão crítica sobre a experiência histórica portuguesa perante a revolução liberal. Oliveira Martins é muito crítico em relação ao individualismo liberal, ao modo de representação contratualista vigente após a revolução liberal de 1834 (CATROGA 1996: 150-151), que a seu ver levava à adulteração da vontade coletiva e à anarquia política. Em alternativa propunha um modelo de representação orgânica e corporativa que constituísse um modo de representar os cidadãos “na sua realidade social” (instituições, classes sociais, regiões, etc.), intentando assim evitar os inconvenientes da mediação partidária, o caciquismo, o clientelismo (MARTINS 1878). E punha em causa, o modelo de desenvolvimento económico adotado com a Regeneração, assente na valorização das obras públicas (transportes e comunicações), na dependência externa e no endividamento, numa crítica da ideologia de progresso exclusivamente material que é também marcada por uma postura moral: “Enriquecer é excelente, mas é apenas um meio: quando se torna um fim, em vez de excelente, é péssimo. Antes pobres, com ideias e carácter, do que chatins vulgares e dinheirosos. / Ora eu desafio quem quer que seja a provar-nos o nosso progresso intelectual e moral” (MARTINS 1953 [1881] I: 22).

O livro que o próprio autor qualificou de “obra triste” e cheia de “heresias” constituía um bem informado relatório crítico sobre a sociedade portuguesa oitocentista³. E em que, como observei noutra ocasião, ao invés de outras narrativas em que se anunciava um devir de direção certa, o historiador deixava o futuro em aberto, fazendo-o depender do exercício de uma vontade cívica da nação. Ainda hoje não serão frequentes os livros de história nacional que, como este, terminam em interrogações:

“É uma crise? Decerto. Um cataclismo? Talvez sim, talvez não: depende das circunstâncias. Será, como consequência natural dos factos atuais conhecidos, um futuro honroso, nobre, meritório? Será outra vez a repetição de D. Manuel, ou do Brasil de D. João V? Não se vê como possa ser”. E mais adiante “[O povo] nem descobriu o meio [de se libertar das classes que nos governam], nem demonstrou a vontade. Dorme e sonha? Ser-lhe-á dado acordar ainda a tempo?” (MARTINS 1953 [1881] III: 311).

Livro heterodoxo deste ponto de vista (e não só) pois envolve registos muito diversos, dirige-se a múltiplos leitores possíveis e recorre a processos nada ha-

³ A 1ª edição incluía numerosos quadros estatísticos que depois foram omitidos em edições posteriores.

bituais no modo como até essa época se escrevia história em Portugal: usa com frequência a ironia, e múltiplas marcas de enunciação que exprimem diferentes modulações de dúvida ou distanciação crítica em relação a versões incertas de factos, comportamentos ou até sentimentos que poderiam ter tido personalidades históricas: “diz-se que”, “é possível...”, “é de admitir que”, “talvez”, “como quer que fosse”... etc. Acresce que assenta numa larga variedade de fontes, tentando ir sempre além do conhecido: publicações periódicas, memórias, intervenções parlamentares, publicações oficiais, relatos de diplomatas, panfletos, sermões, poemas, obras historiográficas, etc. Encontra-se no *Portugal Contemporâneo*, porventura mais do que em qualquer outra das obras historiográficas do seu autor, uma multiplicidade de vozes e de pontos de vista. Oliveira Martins serviu-se também da sua memória pessoal (pois a narrativa vai até cerca de 1866-68, tempo em que o Autor já tinha 23 anos): por exemplo na evocação de Alexandre Herculano, das raras figuras que valoriza no Portugal liberal.

Um dos pontos de vista que domina é o organicista: toma a sociedade portuguesa no seu todo, como um ser social enfermo. Mas também o miguelismo é visto como doença coletiva. Nesse sentido é como se a narrativa martiniana fosse o diagnóstico de uma enfermidade caracterizada por *loucura, febre, convulsões, delírios*. A linguagem clínica afigura-se-nos hoje datada. Mas à época não tanto: fazia parte do discurso comum até mesmo nas ciências sociais: por exemplo, o Império Otomano era não raro designado antropomorficamente como “o homem enfermo” da Europa. Destaque-se ainda a preocupação por parte do autor de situar os acontecimentos e tendências políticas em Portugal no contexto peninsular e europeu, processo que aliás tinha antecedentes numa outra obra a diversos títulos inovadora, *Portugal na balança da Europa* (1830) de Almeida Garrett (GARRETT s. d.). Um outro dos pontos de contacto com este livro de Garrett é a uma certa ideia de nação tutelada.

Como lidou a posteridade com o controverso ponto de vista de Oliveira Martins sobre D. Miguel e o miguelismo? Como explicar a incomodidade e, ao mesmo tempo, o fascínio que suscitou a visão do historiador – heterodoxa em relação à memória dominante acerca destes tópicos? A leitura atenta de muitas das críticas de que o *Portugal Contemporâneo* foi objeto revela que a sua receção se ressentia, em alguns casos, de leituras apressadas que isolam parágrafos do contexto. Compreende-se bem que o livro tenha agradado, por razões bem diversas, a miguelistas e a integralistas, a republicanos jacobinos ou a socialistas. Mas uma leitura global que tenha em conta o conjunto dos seus escritos sobre Portugal e a complexidade do seu *modus operandi* historiográfico não pode proceder desse modo.

Lembre-se que na *História da Civilização Ibérica* (1879), Oliveira Martins

tinha definido uma posição teórica em que se distanciava de uma história que mais tarde Lucien Febvre designaria de *história-tribunal*. Para o historiador a história visava *compreender* e não *julgar* o passado: nela adotara um ponto de vista histórico e distanciado que valorizava a *compreensão* em detrimento do juízo de valor (MARTINS 1946 [1879]). E assim procedeu nessa obra. Mas não na *História de Portugal*, em que perfilhou um ponto de vista ético sobre as personalidades históricas e as suas ações. E no *Portugal Contemporâneo*? Reconheça-se que aqui cruzou os dois pontos de vista.

Num contexto de domínio quase absoluto da memória dos vencedores da Guerra Civil sobre o miguelismo, Oliveira Martins adotou uma perspetiva hegeliana em que a história é feita de antinomias. E assim procurou caracterizar D. Miguel e o legitimismo como componentes marcantes de um Portugal tradicional e arcaico – fora do tempo, quando comparado com as transformações do final do século XIX em que se situava. Martins valoriza a visão de conjunto em que os contrários se opõem: D. Miguel e o miguelismo⁴ *versus* D. Pedro e o liberalismo são na sua obra os dois pólos em que se afirma a sociedade portuguesa. Mas a memória liberal não era unitária. Nela dominou uma leitura muito crítica da Revolução de 1820 e do vintismo (já presente em Garrett e Herculano) (MATOS s.d.). Martins herdou esta leitura crítica que compreendia o fracasso da Revolução de 1820 à luz do seu alegado radicalismo e do carácter abstrato das suas fórmulas. Ora o autor tinha a preocupação de compreender os problemas no seu todo, na sua complexidade. O facto de (se excetuarmos o visconde de Santarém que lhe é anterior e não escreveu história do século XIX) não ter havido nenhum grande historiador ou ensaísta oriundo do campo político do legitimismo dá que pensar: Oliveira Martins não quis ignorar o ponto de vista dos vencidos.

Simpatia por D. Miguel?

Podem distinguir-se três momentos na construção do retrato martiniano de D. Miguel: em 1870, num texto publicado anónimo no jornal *República* (MARTINS 1948 [1870]). Em 1879, na *História de Portugal*, e logo a seguir em 1881 no *Portugal Contemporâneo*. O texto de 1870 constitui já uma visão de conjunto sobre “Os 50 anos da Monarquia Constitucional”, entendida pelo

⁴ A designação de *miguelismo* que usa não era então frequente, só se torna mais habitual nos finais do século, embora *miguelista* já se tivesse difundido desde o debate sobre a legitimidade de D. Pedro ou de D. Miguel na década de 1830. *Legitimista/legitimistas* terá surgido com a fundação do Partido Legitimista (1856) – o termo legitimista não se usava até aí. Agradeço à Professora Fátima Sá e Melo Ferreira estas valiosas informações.

autor como prólogo à “história da atualidade” – o que mostra bem a relevância que Oliveira Martins atribuía àquilo a que cem anos mais tarde se designaria na Alemanha e em França por história do presente⁵. Nele se encontram diversos tópicos posteriormente desenvolvidos no *Portugal Contemporâneo*: a tipificação nos indivíduos de tendências históricas e sociais, as diferentes orientações políticas no seio da Revolução de 1820, as dificuldades de implantação do constitucionalismo liberal numa sociedade que permanecia tradicional (que Martins designa então de “o Portugal da História”), a indiferença da sociedade portuguesa em relação à revolução liberal, a crítica à política fontista dos melhoramentos materiais e de endividamento externo, o domínio dos conflitos pessoais sobre as divergências de ideias, etc. Neste texto de 1870, D. Miguel resume-se a um instrumento nas mãos de Carlota Joaquina e é já qualificado em poucas palavras de “boçal, brutal, era o homem talhado para a empresa”. Na sua aclamação teria tido vasto apoio social e político, também internacional. Oliveira Martins formula aí uma pergunta central à qual dará resposta aprofundada dez anos depois: porque razões foi D. Miguel vencido? E respondia também de um modo incisivo: “porque não tinha consigo a revolução, a ideia do século XIX: porque vinha do passado, não olhava ao futuro. Caiu com D. Carlos em Espanha, com Carlos X em França, com os *tories* em Inglaterra, com a legitimidade” (MARTINS 1948 [1970b]: 95).

Este esboço rápido será completado dez anos depois. Em que sentidos? Na *História de Portugal* (1879), compõe-se todo um retrato do príncipe, sem dúvida um dos mais detalhados e complexos de toda a narrativa nacional martiniana. Interessa sobretudo notar dois aspetos neste retrato: em primeiro lugar, o carácter plebeu de D. Miguel nos comportamentos, o que inspira uma ideia-chave: a de que o príncipe “*democratizava* a monarquia, e o seu povo adorava-o” [itálico meu] – como se no comportamento político do príncipe houvesse processos análogos aos dos jacobinos; em segundo lugar o seu carácter anacrónico, a ideia de que vivia numa outra temporalidade: “D. Miguel era o demagogo de antigas idades, perdido no meio de um século inimigo” (MARTINS s.d. [1879] II: 264-265). Finalmente, a inspiração do “génio italiano da mãe” que leva Martins a estabelecer uma comparação recorrente entre a fisionomia Portugal e o Sul de Itália, entre Lisboa e Nápoles⁶.

⁵ Sobre a chamada história do presente (designação a meu ver equívoca), veja-se ROUSSO 2016. Um outro exemplo desse exercício é o texto, também publicado anónimo “O golpe militar de 19 de Maio de 1870 e a ditadura de Saldanha”, identificado e republicado por Lopes de Oliveira: MARTINS 1948a.

⁶ Note-se ainda uma inflexão com significado relativamente ao texto de 1870: D. Miguel não era já um mero instrumento de D. Carlota Joaquina e do partido legitimista. Agora “Mãe e filho, como ideia e braço, capitaneavam o partido...” (MARTINS s.d. II: 845). Mas o príncipe não era mais do que uma expressão (“um efeito, e não uma causa”) de “uma sociedade perdida”, de um entusiasmo plebeu, de uma loucura da nação.

Como convém lembrar, *Portugal Contemporâneo* é uma continuação da *História de Portugal*. Compreende-se, pois, que naquele livro o autor não voltasse ao retrato físico de D. Miguel, antes tão esmiuçado – e de que são raros agora os traços –, mas insistisse na sua dimensão mental e psicológica, num retrato-tipo muito expressivo, enquanto representante do Portugal histórico, da tradição:

Bronco, violento, brutal, plebeu qual o vimos em 23, era genuíno tipo do filho-segundo de casa fidalga: fadista, marialva, toureiro, supersticioso, beato, nulo como inteligência; mas com um tom de nobreza, um velho heroísmo ingénito, pervertido pela educação, posto em objectos indignos do sentimento. A história de D. Miguel rei, sanguinário, cruel, mas não infame; a história da sua vida no exílio posterior, digna, pura, sem mancha, autorizam-nos, hoje que os ódios partidários se apagaram, a estudar com justa frieza a pessoa do príncipe (MARTINS 1953 [1881] I: 77).

Martins baseava-se, em parte, no historiador alemão Gervinus (GERVINUS 1864-1874: 256-257, apud RUFINO 2018: 5)⁷. Este perfil psicológico é contraditório, como contraditórias são imagens que nos deu de outras figuras históricas, a começar por Afonso Henriques. Mas isso não surpreende. Não considerava Oliveira Martins o ser humano na sua intrínseca complexidade como um ser paradoxal, em que o sublime e o horrível se mesclam? “... ser contraditório, deus e besta, umas vezes herói outras vezes réptil, generoso e baixo, agora clamando como um profeta, logo orneando como um onagro – ser feito de antíteses que habita no seio de todos nós” (MARTINS 1954 [1880]: 26).

Os únicos elementos de retrato físico de D. Miguel remetem para um momento específico: o juramento da carta perante uma reunião das câmaras:

Apresentou-se carregado, e o seu rosto formoso não tinha a expressão habitual jocunda (V. o retrato de Queluz). *Necessariamente lhe acudiam remorsos, escrúpulos*, apesar das ressalvas da mãe e dos padres. *Ou, se foi verdade o que se disse*, ao seu carácter nobre repugnavam os sórdidos expedientes a que tinha sido necessário recorrer (MARTINS 1953 [1881] I: 131).

⁷ Entre outros tópicos, o gosto das touradas e uma certa atração pela vida boémia (e depois retomados noutros termos por Oliveira Martins) “Pendant toute sa vie, dom Miguel n’avait été capable d’outré chose que de s’occuper de combats de taureaux et de chasses, de jeux du gage et de farces, de mener une vie de débauche et de paresse; à Vienne aussi il donna libre carrière à sa nature grossière”. Também Maria Alexandre Lousada e Fátima Sá e Melo Ferreira confirmam o gosto de cavalgadas e caçadas e a devoção religiosa, mas matizam o lado “bronco, inculto e cruel” do infante, sobretudo para o período do exílio (LOUSADA e FERREIRA 2006: 10).



Fig. 1. Retrato de D. Miguel em 1827 por Giovanni Ender (Palácio de Queluz).

Oliveira Martins via no príncipe um representante típico da alma portuguesa nas suas *qualidades, vícios, encanto e violência bruta* (MARTINS 1953 [1881] I: 78); encarnava “o velho espírito português”; via nele “um instrumento das influências dominantes que o cercavam”. E dava conta de como D. Miguel era considerado pelas diversas correntes de opinião em confronto: “para uns, boçal, nulo, bruto; e para outros dotado de talentos” (MARTINS 1953 [1881] I: 89-90 e 92); e ainda: “um apóstolo, como Robespierre o fora”. O governo de D. Miguel teve “o carácter de um Terror como o de Robespierre”. Empregava o conceito de *revolução* para designar a reação miguelista: uma “revolução reacionária”, “apostólica” (MARTINS 1953 [1881] I: 95, 175 e 198). Este retrato permaneceria até aos dias de hoje como poderosa imagem de um dos monarcas mais controversos da história nacional.

Mas há nele outro problema central, da maior relevância na posteridade do *Portugal Contemporâneo*: a simpatia do Autor em relação ao príncipe. Esta ideia encontra-se não apenas nas “Explicações” que antecedem a 2ª edição

(1883), onde o autor inequivocamente a assumia, mas sobretudo na seguinte passagem:

Quem despedido de ódios e paixões políticas, pára a meditar *neste instante, olhando o que vai seguir-se*, é forçado a simpatizar com esse príncipe infeliz, tão odiado e tão digno, tão nobremente caído depois de lutar até ao fim, não raramente exilado numa penúria absoluta: a simpatizar, repetimos, com esse príncipe que, por uma excepção talvez única, não pôs dinheiros nos bancos para o caso da retirada forçada, e teve de viver das esmolas que de Portugal lhe mandaram os seus partidários e amigos. Se a dinastia de Avis terminou heroicamente, a de Bragança teve em D. Miguel *um tipo de honradez simples*. Os dois príncipes mais desditosos [D. Sebastião e D. Miguel] – acaso por isso os que o povo mais amou! – personalizaram as duas melhores faces do carácter nacional (MARTINS 1953 [1881] I: 111-112; *itálicos meus*).

No entanto, não isolando esta passagem do contexto narrativo em que se situa (o final da Guerra Civil de 1832-34) e da obra no seu conjunto, re-lendo com cuidado, sem pôr em causa a simpatia, deve matizar-se esta ideia tão criticada por alguns dos leitores de Oliveira Martins. Em primeiro lugar, porque a simpatia assenta em dois tópicos: o vencidismo e o alegado carácter “nobre” e honrado de D. Miguel. Repare-se que esta simpatia não se prende com a orientação política de D. Miguel e, muito menos, com a prática política adotada pelo seu regime. Não é uma simpatia política já que o miguelismo não é visto como solução para o Portugal do tempo em que Martins escreve (1881). É antes uma simpatia *ética* que também remete para uma característica que o historiador vê no carácter nacional: a honra.

No entanto, tendo em conta a crítica profunda e devastadora do individualismo liberal e do respetivo modelo de representação política – que, no seu entender, era oligárquico e alimentava práticas de clientelismo e caciquismo e era marcado por estrangeirismo, desnacionalização, desordem e anarquia – mais se acentua, por contraste, a simpatia que lhe despertava uma certa “honradez simples” de D. Miguel. Compreende-se, pois, que um dos efeitos de receção mais controversos e marcantes da obra se encontre precisamente neste tópico da simpatia em relação a D. Miguel, em contraste com o retrato nada favorável de figuras gradas do constitucionalismo liberal (Saldanha, Rodrigo da Fonseca, Fontes, etc.) e, em especial, com o retrato de D. Pedro.

Este último é como que o negativo de D. Miguel, embora também ele, tomado nas suas qualidades e defeitos, como representante típico do seu

tempo, entre passado e futuro, instrumento de um destino que o ultrapassava. Note-se que o único “livro” (leia-se grande capítulo) em que se divide o *Portugal Contemporâneo* que leva o nome de uma figura histórica é o 2.º livro: “O reinado de D. Miguel”. E de tal modo o retrato de D. Miguel ganha força, que as qualidades de D. Pedro várias vezes notadas pelo historiador (chega a qualificá-lo de “quase herói”), se apagam. Até mesmo uma citação de Herculano transcrita por Oliveira Martins em que D. Pedro surge como “grande e nobre figura” (palavras que, sublinhe-se, nunca poderiam ser enunciadas acerca de D. Miguel) ficaria no esquecimento de muitos leitores:

a história do liberalismo é uma comédia de mau gosto; e nessa mesma época há apenas duas grandes e nobres figuras: Mouzinho e o filho de D. João VI [D. Pedro]. O resto não vale a pena da menção. São financeiros e barões, viscondes, condes, marqueses, de fresca e mesmo de velha data, comendadores, grã-cruzes, conselheiros: uma turba que grunhe, burburinha, fura, atropelando-se e acotovelando-se na obra de roer um magro osso chamado orçamento, e que grita aqui-d’el-rei! Quando não pode tomar parte no *regabofe* (cit. por MARTINS s.d. [1879] II: 869; itálicos meus).

Note-se aliás que esta passagem de Herculano em que está bem marcado o seu olhar sobre o Portugal oitocentista podia bem ter sido escrita por Oliveira Martins: é o tom do *Portugal Contemporâneo*, até em algumas palavras-chave (caso de *regabofe*) que seriam importadas pelo jovem amigo de Alexandre Herculano.

Unanimidade e legitimidade?

A par do retrato de D. Miguel, o tópico da alegada unanimidade dos Portugueses em relação ao príncipe foi dos que fez correr mais tinta na posteridade. Oliveira Martins foi decerto o autor que mais insistiu na ideia de uma unanimidade de apoio nacional a D. Miguel, à sua chegada a Lisboa em 1828, vindo de Viena.

Martins sugeria que toda a nação queria acabar com a vigência da Carta Constitucional. É verdade que logo matizava esta unanimidade no que respeita ao tipo de prática política que dominou o regime de D. Miguel: “Mas era só *uma parte mínima* a que via ligado a este facto [acabar com a vigência da Carta] a necessidade de um governo terrível, apostólico, à maneira do que pregavam e pediam os energúmenos do séquito da rainha”. E em diversos passos, faz

notar a existência de uma outra nação, o Portugal novo, liberal, o Portugal da “população do exílio e das cadeias”, que ia crescendo (MARTINS 1953 [1881] I: 132).

Decerto Oliveira Martins estava consciente da existência dessa minoria de anti-miguelistas e constitucionais, assinalada nas fontes que usou⁸. Pode então perguntar-se: porque insistiu na ideia da unanimidade da nação em torno de D. Miguel? Trata-se de uma generalização associada ao tema da popularidade de D. Miguel (notada aliás por historiadores liberais como Pinheiro Chagas). Quando empregava o termo *unanimidade*, Oliveira Martins queria referir-se à unanimidade da nação. O uso do conceito parece remeter para todo o espaço político, para todo o espaço público. No entanto, em certas passagens a ideia de unanimidade aplica-se apenas ao Portugal histórico, ao Portugal da tradição. Esta ideia só se torna contudo clara quase a meio do livro, a propósito da Guerra Civil:

...a par desta fisionomia mais geral da guerra, havia a feição particularmente portuguesa: *de um lado a unanimidade no sentido da tradição histórica*, o nacionalismo, o amor do príncipe; do outro, o carácter de exceção individual, do estrangeirismo, *de pequena consideração* por D. Pedro (MARTINS 1953 [1881] II: 110; itálicos meus).

Em qualquer caso, a insistência na unanimidade da nação em torno de D. Miguel tem um efeito na narrativa do *Portugal Contemporâneo*: intensifica a dramatização do conflito entre um Portugal estruturalmente tradicional e um Portugal exterior porque formado numa cultura de importação, a cultura francesa. Acentuava assim a ideia do estrangeirismo, da exterioridade do liberalismo em relação à sociedade portuguesa. Note-se, aliás, que os tópicos do *francesismo*⁹ e da desnacionalização da governação dos liberais estão presentes em diversas passagens da obra e coincidem, de resto, com um dos argumentos-chave dos miguelistas, na sua defesa de D. Miguel como legítimo herdeiro de D. João VI: o carácter estranho e abstrato do ideário liberal em relação ao país real. Outra ideia que acentua o *pathos* da narrativa respeitante a este príncipe é de que ele

⁸ Note-se que António Serpa Pimentel, que foi líder do Partido Regenerador e tinha grande consideração por Oliveira Martins, exprime uma posição diametralmente oposta a este último a respeito da unanimidade da nação no apoio a D. Miguel, contrariando até a ideia de que teria havido entusiasmo pela causa deste após o seu regresso a Portugal em 1828 (PIMENTEL 1896: 85 e 181). Estudos muito posteriores vieram mostrar que não havia unanimidade em todos os estratos sociais. Cerca de ¼ da nobreza apoiava a causa constitucional (LOUSADA e FERREIRA 2006).

⁹ Oliveira Martins não usa o termo francesismo (que seria adotado por Eça de Queiroz), mas a ideia está no *Portugal Contemporâneo*.

era o derradeiro monarca que encerrava “uma história de séculos” (a propósito da Guerra Civil de 32-34), a ideia apocalíptica de que “tudo se aproximava do fim” (MARTINS 1953 [1881] II: 54).

Legitimidade de D. Miguel?

Oliveira Martins assinala a diversidade de posições que se afirmavam na sociedade portuguesa a este respeito: “Rei legítimo na opinião de uns, regente legal na de muitos, lugar-tenente de D. Pedro por nomeação deste...” [antes do regresso a Portugal em 1828]. A legitimidade de que fala o historiador não é tanto a jurídica como uma legitimidade *de facto*:

“a legitimidade de D. Miguel está (...) na unanimidade com que era aclamado”; “É a legitimidade do Mestre de Avis”; “Vencedor no Reino, apoiado pela Europa, aclamado pelo povo, D. Miguel era *pela legitimidade do facto, e talvez do direito, rei*” (MARTINS 1953 [1881] I: 88; itálicos meus).

Por outras palavras, o apoio popular ao miguelismo ter-lhe-ia conferido legitimidade (tese que como se verá está em sintonia com a de Joaquim L. Carreira de Melo, um professor do ensino particular e convicto legitimista com quem se correspondeu o autor). No que diz respeito a este tópico, Oliveira Martins distancia-se inequivocamente do cânone liberal, que acusava D. Miguel de usurpar o direito de sucessão e de ser ilegítimo.

Todavia, tem-se esquecido que, cerca de 10 anos depois de escrever *Portugal Contemporâneo*, já em 1890, evocando a morte de António Pereira da Cunha (figura grada do miguelismo moderado), Oliveira Martins viria a reconhecer que a dinastia liberal “tinha títulos de legitimidade superiores” e que o miguelismo invocava “uma legitimidade provadamente falsa” (MARTINS 1890: 21). Trata-se de uma relevante inflexão, que não tem sido notada. Martins esquecia assim a sua tese anterior, de uma “legitimidade do facto e talvez do direito” e uma das afirmações mais controversas expendida no *Portugal Contemporâneo*. Recordemo-la: “o carácter nacionalmente legítimo da usurpação é incontestável; o carácter jurídico é discutível; quanto aos crimes, o terror anárquico de [18]34-8 pagou com uma dezena de assassinatos liberais cada assassinato miguelista...” (MARTINS 1953 [1881] I: 145; itálicos meus).

Voltando ao problema da unanimidade na sua relação com a popularidade do príncipe, alguns historiadores liberais não deixam de reconhecer um grande apoio e entusiasmo popular que D. Miguel concitava à sua volta. Tome-se como

exemplo Pinheiro Chagas, numa formulação que aliás anda muito próxima da de Oliveira Martins, sem todavia o citar:

Tudo sorria ao príncipe. Tinha por si o entusiasmo do povo e a dedicação fanática dos frades, a simpatia profunda dos gabinetes europeus até da própria Inglaterra, a adesão da grande maioria do exército (CHAGAS s.d. XII: 429)¹⁰.

Outros contrariaram esta ideia, baseando-se em documentação que Martins ainda não conhecia. Foi o caso de Serpa Pimentel. Já após a morte de Oliveira Martins (1894), o antigo líder do Partido Regenerador publicou um livro intitulado significativamente *Portugal moderno, A queda do Antigo Regimen (1820 até 1834)*, 1896 que constitui uma resposta ao *Portugal Contemporâneo*. Tornam-se evidentes as divergências com a interpretação martiniana do Portugal oitocentista. Logo na periodização adotada: “Escrever a história política deste século começando em 1826, em vez de começar em 1820, é mutilar a história” (PIMENTEL 1896: 20).

Aí, Serpa Pimentel tecia uma bem diversa avaliação dos apoios à revolução liberal de 1820, nos antípodas de Oliveira Martins: “Não se pode dizer com verdade, como querem alguns historiadores, que a nação em 1820 era quase toda absolutista. A revolução contra o absolutismo foi bem recebida por quase toda a nação” (PIMENTEL 1896: 27). Interpretação que não seria acolhida pela historiografia que se dedicou ao tema a partir de meados do século XX. O próprio Oliveira Martins reconhecia que, na sua época, os estudos que fornecessem informação sobre as classes sociais escasseavam (a exceção era Porchester) (MARTINS 1953 [1881] I: 112).

Serpa Pimentel baseava-se em documentos que, à época, ainda não tinham sido usados pelos historiadores do passado mais recente: os *Documentos para a história das cortes gerais da nação portuguesa* (1883-1891), reunidos por Clemente José dos Santos, a correspondência particular de José da Silva Carvalho ou ainda as memórias de Hyde de Neuville (que fora embaixador da França em Lisboa) e de Talleyrand (embaixador em Londres). A crítica da tese da unanimidade prosseguiria com António Sérgio (1955), Joel Serrão (1968), Maria Alexandre Lousada e Fátima Sá e Melo Ferreira (1987 e 2006) e António Monteiro Cardoso (2007). A ideia da indiferença da nação em relação ao liberalismo – um dos tópicos-chave da tese martiniana sobre o século XIX português – era assim posta em causa. Mas esta tese – tal como a visão muito

¹⁰ Oliveira Martins afirmara em 1870: “Tinha por si o clero, a plebe, os patriotas de 1820, a Espanha, a França e a Inglaterra.” (MARTINS 1948 [1870]: 95).

crítica do carácter e do comportamento da elite liberal – não terá contribuído pouco para deixar na sombra um outro aspeto que se afigura fundamental para compreender a visão crítica que, indiscutivelmente, Oliveira Martins teceu do miguelismo.

É que, ao contrário do que por vezes se diz, há no *Portugal Contemporâneo* uma interpretação crítica do miguelismo. Identifica-se o miguelismo com o Portugal histórico, com o Portugal da tradição. Mas a distanciação do autor em relação a esse Portugal é inequívoca. Há frequentes alusões depreciativas aos apoiantes de D. Miguel, aos “energúmenos” apostólicos e às suas práticas violentas – o que seria dificilmente concebível num historiador adepto do legitimismo. Ao tradicionalismo que era expressão de uma sociedade portuguesa miserável, a viver na extrema penúria, caracterizada muito negativamente como “grotesca, imunda, beata, plebeia, fradesca, brutal, era a sociedade a que D. Pedro dava uma Carta”. Ou ainda, por exemplo: “O entusiasmo e o medo, a estupidez e a inocência, a venalidade e o ódio, aclamavam D. Miguel” (MARTINS 1953 [1881] I: 98-99 e 139).

“...o ano de 31 é o reinado do Cacete, o governo puro do Terror: um misto de arrogância e crueldade, de insensatez e demagogia. A febre que atacara a nação atingiu em 31 a mais alta temperatura...”. Ou ainda: “[era] uma ditadura clamorosa de doidos e patifes” (MARTINS 1953 [1881] I: 241 e 192; *itálicos meus*).

Estas caracterizações nunca poderiam ser subscritas por um legitimista. Acresce que o miguelismo é visto como um espectro do passado. É certo que se estabelece uma analogia entre D. Miguel e D. Sebastião. No entanto, tal analogia torna-se um ponto em louvor do príncipe de Bragança: remete para a “esperança mística” que tanto nele como em D. Sebastião depositava o povo, por serem desditosos e exprimirem o que supostamente haveria de melhor no “carácter nacional”. Tal como em D. Sebastião, em D. Miguel corporizava-se uma esperança messiânica (MARTINS 1953 [1881] II: 56, 112; MARTINS s.d. [1879] II: 276). Todavia, este olhar sobre o messianismo está longe de ser apologético. Faz antes parte de um olhar distanciado de historiador.

Não parece assim pertinente a crítica de António Sérgio ao qualificar de *miguelista* a mentalidade que se encontra no *Portugal Contemporâneo*, tanto mais que Oliveira Martins, como já foi assinalado (RUFINO 2018), não via no miguelismo qualquer solução de futuro para Portugal: para ele era antes *um espectro*, um resto de passado sem horizonte de mudança: “D. Miguel, ser passivo, incapaz de confiscar para si o movimento que o exaltava, jamais podia

tornar-se o executor dessa renovação indispensável do maquinismo social português” (MARTINS 1953 [1881] II: 155).

Posteridade da leitura martiniana do miguelismo

Logo no decênio de 1880, multiplicaram-se os efeitos de recepção do *Portugal Contemporâneo*. No que respeita à impressão de conjunto que a obra suscitou, saliente-se uma impressão de desalento, de ausência de expectativa de futuro (Teófilo Braga e em certa medida, Luís de Magalhães) (BRAGA 1881; MAGALHÃES 1881: 95); de rejeição, sobretudo, centrada na memória que dá da elite política portuguesa: “...no *Portugal Contemporâneo* as falsidades acumulam-se (...) Oliveira Martins agride friamente, calculadamente todos os homens públicos de Portugal de há cinquenta anos para cá e apenas concede uma beneficência relativa a algum romântico...” (PINTO 1885).

Em contraste com esta leitura, encontra-se uma recepção muito favorável, evidenciando as qualidades do Autor: por exemplo, Jaime Magalhães Lima vê nele “o mais perturbador e fecundo dos seus livros”: sublinha que Martins se moveu “pelo amor da verdade”, e explica a sua influência precisamente pelo facto de ele “proceder com amor”. Magalhães Lima notava também a “muita coragem e muita independência para se julgar desassombradamente homens e factos” e o “vigoroso trabalho de demolição” (LIMA 1902: 17), a que Oliveira Martins procedia – e que Rafael Bordalo representaria num retrato do Autor com o camartelo na mão.

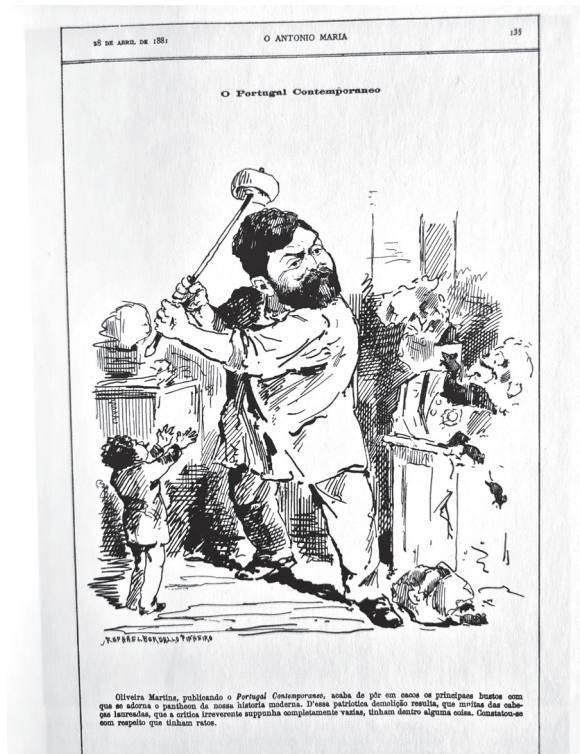


Fig. 2. *Portugal Contemporâneo* visto por Rafael Bordalo Pinheiro.

Vários autores notaram a *imparcialidade* de Oliveira Martins, o que pode hoje surpreender. Mas o valor da imparcialidade era nos finais de Oitocentos bem diverso do atual. No *Portugal Contemporâneo* prende-se até com um tipo de registo clínico que leva o autor a recorrer com grande frequência a metáforas médicas e a metáforas da morte que remetem para o organismo, a doença, a febre, a loucura (o próprio miguelismo, nas suas expressões mais radicais é assim descrito). Era uma qualidade que era invocada para legitimar um determinado ponto de vista parcial (BRANCO 1881; IVMP 1881)¹¹. De entre as obras martinianas, Eça de Queiroz manifestou a sua preferência pelo *Portugal Contemporâneo* – é sabido como o livro marcou profundamente *Os Maias*. Por seu lado, Antero de Quental desenvolveu uma série de reflexões sobre a sociedade portuguesa a seu propósito (QUEIROZ 2008 [1891]: 131; QUENTAL 1931[1884]: 1-11). E em correspondência privada com o seu amigo, Antero não poupa elogios:

¹¹ Este último crítico desconhecido notou até “serenidade” na obra. O que pode parecer totalmente abstruso à primeira vista. Mas não tanto, se pensarmos o quanto era comum, à época, o uso da referida linguagem clínica.

Li dum fôlego o seu livro. Ótimo. É um raio de luz elétrica sobre os homens e as coisas: Vêem-se por fora e por dentro. Extrema lucidez na exposição dos factos; penetração no desenhar os homens e seus intentos; justiça reta nas sentenças; vida e côr local – se tudo isto não constitui um verdadeiro historiador, eu juro por Michelet e Niebhur, não sei o que é a história. Aquilo não irrita; é tão objetivo que desarma e convence. As suas considerações doutrinárias são sóbrias mas decisivas (QUENTAL 2009 [1881]: 256-257)¹².

Note-se que não há nas observações de Antero qualquer referência à leitura que Oliveira Martins tecia de D. Miguel e do miguelismo. O mesmo sucedeu com a apreciação do conservador João Lobo de Moura (amigo de ambos), não menos entusiástica e fornecendo ao autor numerosas sugestões de correção e comentários, muitos dos quais o Autor teria em consideração em edições posteriores (MOURA 2002: 67-80). Também Lobo de Moura omite qualquer referência ao tópico do miguelismo (embora decerto lhe fosse sensível pela sua própria formação mental). E, no entanto, este último seria um dos mais debatidos pelos leitores do *Portugal Contemporâneo*.

Um retrato incómodo

Vários críticos demarcaram-se da simpatia do historiador em relação a D. Miguel. Cecília Schmidt Branco, uma etnóloga hoje quase esquecida, Rodrigues de Freitas, Teófilo Braga e o jovem Leite de Vasconcelos, logo em 1881, notaram esse sentimento do historiador para com D. Miguel, dele se distanciando de um modo mais ou menos marcado. Em qualquer caso, Schmidt Branco discordava da qualificação de “miguelista” que fora atribuída a Oliveira Martins (BRANCO 1881). Levantava um problema do maior interesse historiográfico, tanto mais que partia de uma das raras mulheres estudiosas no campo da antropologia e da história no Portugal do seu tempo: punha em questão a pertinência do modo como este representara os “sentimentos íntimos” de D. Miguel. E nessa linha contestava o argumento da sinceridade do príncipe (baseando-se numa carta de Metternich). Mais adequado seria, a seu ver, apreciar as intenções de uma personalidade histórica tendo em conta as suas ações e, sendo assim, tinha uma opinião muito negativa de D. Miguel:

¹² Todavia, na mesma carta Antero tece ainda críticas pontuais: uma à interpretação martiniana do setembrismo, outra à adjetivação, considerando-a por vezes redundante.

D. Miguel não presta para herói de lenda não; é muito acanhado para tal papel. Mas não exagerou o autor em sentido oposto? Se se tivesse contentado com justificá-lo até certo ponto, seria convincente; *levado, porém pelo seu ardor chega a querer impor como um ente admirável, quase como rei modelo, um tirano a quem a Europa inteira detestou* (BRANCO 1881: 1).

Numa carta particular dirigida ao historiador, anterior a esta crítica, e ainda discordando da leitura do carácter de D. Miguel traçada por Oliveira Martins, Cecília Branco questionava ainda outra ideia que se afigura central na construção martiniana da imagem do príncipe: sendo D. Miguel um instrumento inconsciente, como poderia ser louvado pela “inteireza” com que teria seguido os “ditames da consciência”? (Biblioteca Nacional de Portugal 1881: 1).

Por seu lado, Rodrigues de Freitas, o primeiro deputado republicano que fora eleito para o parlamento português, interrogava-se se Martins não estaria a ser “demasiadamente benévolo” para com D. Miguel, encontrando nobreza num comportamento de usurpação e num governo de “tanta crueldade”. Ainda assim, não rotulava o autor: “Não sou daqueles de quem o Oliveira Martins suspeita que lhe chamarão miguelista, depois de lerem o seu livro” (FREITAS 1881: 14-15 e 26). Teófilo Braga considerou que Martins santificara D. Miguel, o que a seu ver era um erro (BRAGA 1881). E, no mesmo sentido, Leite de Vasconcelos notou que uma imaginação ardente do historiador o levava a “entusiasmar-se, a ponto de quase querer lançar a *bênção da absolvição sobre almas como a de D. Miguel*” (VASCONCELOS 1880-81: 312).

Apesar de todos estes reparos críticos, o retrato martiniano de D. Miguel deixou marcas profundas na cultura histórica posterior. Foi em larga medida adotado por outros autores: por exemplo, no Dicionário *Portugal...* de Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, embora no contexto de uma leitura muito crítica da política dos seus governos, não deixa de se insistir na sua popularidade e de notar “as suas qualidades simpáticas” (PEREIRA e RODRIGUES 1909: 1100). Ou na *Enciclopédia Portuguesa Ilustrada*, de Maximiniano de Lemos (*Enciclopédia Portuguesa Ilustrada* s.d., 7: 323-325). Também vários historiadores e divulgadores foram marcados pelo poderoso retrato martiniano: Pinheiro Chagas, Alberto Pimentel e Rocha Martins (SILVA 1993: 221). Sem esquecer Carlos Passos, na *História de Portugal* de Damião Peres.

A representação do regime liberal e da sua elite foi outro dos tópicos que mais efeitos de receção suscitou: estava em causa o balanço do então passado recente do constitucionalismo monárquico. A este respeito o que mais perturbou os leitores no campo monárquico liberal foi, além da tese sobre o carácter

estrangeiro do liberalismo relativamente à sociedade portuguesa, o juízo muito crítico acerca de figuras gradas da elite política (a maior parte dos vintistas, setembristas, cartistas, Rodrigo da Fonseca, Fontes, etc.). Mas não só, também a equiparação entre a violência praticada pelos miguelistas e a vindicta liberal após a guerra civil (a partir de 1834). Cecília S. Branco formulava uma outra questão central. A seu ver, da leitura do livro resultava a interrogação “Houve pois, ou não, vantagem de substituição de um regimen pelo outro?”

A responsabilização da nação pela deriva decadentista foi objeto de divergência na leitura do *Portugal Contemporâneo*: de um modo geral, Teófilo Braga e os republicanos culpavam a dinastia de Bragança pela decadência. Num ponto de vista bem diverso, Oliveira Martins responsabilizava a nação no seu todo, no seu carácter íntimo, nas vicissitudes e acasos da sua história. Adotava assim uma leitura mais abrangente e distanciada. Neste sentido, menos parcial do que de Teófilo.

Do lado miguelista, significativo é que Oliveira Martins tenha recebido uma carta particular de Joaquim L. Carreira de Melo, elogiando o *Portugal Contemporâneo*: “na minha opinião vale muito”. E: “V. Ex.^a para fustigar estes falsos liberais bateu-se com as próprias armas...”. Ou ainda: “V. Ex.^a tem as qualidades dum excelente escritor” (Biblioteca Nacional de Portugal, espólio de OM: 1882). O que não surpreende, se verificarmos que há diversos pontos de contacto entre a narrativa que anos antes Carreira de Melo tinha construído da história nacional e a de Oliveira Martins: 1) na ideia de imparcialidade e independência até em relação ao patriotismo; 2) no que toca aos conceitos de unanimidade e de legitimidade: “a legitimidade política quanto às dinastias está no apoio popular”; e ainda “A legitimidade do Sr. D. Miguel foi alevantada no país e a do Sr. D. Pedro introduzida e sustentada pela força estranha” (MELO 1862 [1860] IV-V: 3 e 63) numa atitude de reconhecimento de a *honra e lealdade* se encontram em diferentes campos políticos, incluindo nas dissensões dinásticas. Outro legitimista, Miguel Sottomayor, citou amiúde a obra de Oliveira Martins para fundamentar a ideia da indiferença da população em relação aos liberais, bem como a unanimidade e legitimidade da realeza de D. Miguel (SOTTOMAYOR 1882: 81).

Posteriormente, já no século XX, o *Portugal Contemporâneo* foi muito considerado e citado pelos integralistas. Compreende-se que a crítica profunda e devastadora ao sistema liberal a partir de uma perspectiva organicista lhes agradasse. Deste ponto de vista, a obra de Oliveira Martins inscrevia-se no processo de revisão historiográfica de um século XIX dominado pelo liberalismo e pelo democratismo. Tome-se como exemplo António Sardinha, que considerava o livro de Oliveira Martins “obra definitiva” e “livro monumental”, embora não

escondesse a sua aversão à ideia martiniana de democracia: “...o Liberalismo encontrou no *Portugal Contemporâneo* o seu processo inexorável. O divórcio da natureza histórica da nacionalidade com os algebrismos inertes da *Carta*, Oliveira Martins o marcou em períodos que nunca se esquecem” (SARDINHA 1940 [1918]: 169-170; AMEAL 1941: 27). Nesse processo, a reabilitação da figura de D. Miguel tomava um lugar não despidendo. Para Sardinha havia que combater a lenda negra do “infeliz monarca”. Por isso sublinhava a sua dupla legitimidade: de direito de sucessão e de “escolha nacional” (SARDINHA 1925: 208 e 216-217). Contudo, no seu nacionalismo retrospectivo e tradicionalista, os integralistas não podiam subscrever o tom pessimista de Oliveira Martins, a sua ideia de que o passado não se repete no presente e o seu ceticismo em relação ao futuro.

De um ângulo diverso, a crítica radical que António Sérgio dirigiu a Oliveira Martins em 1955 constitui um caso à parte. O ensaísta estabelecera um diálogo profundo com o historiador que o antecedeu desde o decénio de 1910, muito devendo à sua interpretação do percurso histórico nacional bem como à crítica social e de costumes que Martins desenvolvera. No entanto, com os totalitarismos dos anos 30 e 40 e a II Guerra Mundial a conjuntura mudara completamente.

Agora, Sérgio combatia sobretudo: 1) a visão organicista e biologista – alegadamente Oliveira Martins teria reduzido a sociedade a um organismo meramente “natural” que estaria numa evolução necessária para a democracia e não deixando margem para a liberdade e a vontade individual; esta sua visão, expressa numa linguagem clínica, associada a um naturalismo e caracterologia de matriz rúbrica, conferir-lhe-ia um simplismo alheio à complexidade da vida: o ensaísta chega a afirmar que “a causalidade da consciência não existe para ele [Oliveira Martins] de maneira efetiva, ao arquitetar da história” (SÉRGIO, 1973 [1955]: 241); 2) a tese da unanimidade, segundo a qual os apoiantes do legitimismo eram o país “em peso” e a população era indiferente ao liberalismo; 3) acusava-o, finalmente, de não educar e orientar o leitor (mas é essa a função do historiador?).

Impõe-se ainda assinalar um ponto fulcral na atitude crítica de Sérgio: é que subsume todo o seu processo analítico a um conceito de *miguelismo* e de *mentalidade miguelista* associada ao “estatismo naturalista” e ao “historicismo autoritário” que teria desembocado já no século XX nas experiências ditatoriais. Nesta leitura crítica, o ensaísta esquecia, contudo, a complexidade do pensamento de Oliveira Martins. Por um lado, Sérgio não distinguia o plano historiográfico do plano das intenções políticas e via na valorização de D. Miguel tão só uma intencionalidade política, esquecendo que o historiador o

interpretara como expressão anacrônica do passado – não como uma solução para o presente e o futuro. Por outro, ao dar corpo a um conceito de *miguelismo* enquanto *autoritarismo estatista*, o ensaísta caía, ele próprio, numa leitura anacrônica da obra martiniana responsabilizando o alegado *miguelismo* de Oliveira Martins pela ditadura de João Franco: “Da influência da leitura do *Portugal Contemporâneo* podia sair naturalmente uma ditadura conservadora – quer dizer: que não fosse liberatriz e de reforma da sociedade, como a de Mouzinho da Silveira em 1832” (SÉRGIO 1973 [1955]: 3). O autor dos *Ensaíais* incorria numa posição historicista, antecipando na sua leitura do *Portugal Contemporâneo* um futuro que o historiador oitocentista não podia prever: como se o socialismo catedrático e o organicismo social com que Oliveira Martins simpatizava viessem necessariamente a conduzir às ditaduras modernas. O estatismo deste teria reduzido o alcance do seu socialismo que acaba por qualificar de “dececionante e frágil” (SÉRGIO 1973 [1955]: 252). Mas daí a responsabilizar o autor pelas ditaduras do século XX ia um passo hoje insustentável, à luz de um critério de crítica histórica que não seja comandado por uma leitura antecipada do futuro. Passo tanto mais surpreendente quanto, como se sabe, António Sérgio considerava, no campo das ciências humanas, o futuro imprevisível.

Que houve uma leitura conservadora do *Portugal Contemporâneo*, que a crítica ao sistema liberal foi o lado mais débil da obra (como apontou Sérgio, logo em 1917) (MAURÍCIO 2004: 108), não há dúvida nenhuma. É certo que a crítica martiniana do liberalismo se tornava redutora ao generalizar uma ideia dissolvente de desordem, anarquia e caos que envolve quase toda a elite da monarquia constitucional e em que, na sua ótica, raras figuras tinham alto valor (Mouzinho da Silveira, Passos Manuel, Herculano, Pedro V): generalização hoje inaceitável, sobretudo à luz de estudos de história comparada com outros casos de nações europeias.

No entanto, não se pode ignorar o processo que, na esteira de Antero, Oliveira Martins adotou de compreensão do passado, tomando-o na sua especificidade, relativizando-o. Nesse sentido é que tomou o miguelismo como expressão do Portugal histórico, um Portugal que era irremediavelmente passado. Este seu processo de historização de um fenómeno histórico torna-se mais complexo, pois articula-se com um outro que o leva a operar no plano ético. Oliveira Martins admirava em D. Miguel e em alguns miguelistas uma força de convicção e abnegação por uma causa que vivia já fora do tempo, tal como Antero de Quental (insuspeito de qualquer simpatia pelo ultramontanismo) admirara em Pio IX a atitude de intransigência relativamente ao século do liberalismo e da democracia (QUENTAL 1973 [1865]: 205-226), consciente, como Oliveira

Martins, de que o passado é sempre transportado para o presente, está sempre presente nem que seja como espectro. E que, por vezes, a defesa desse passado ainda que ineficaz é digna e “tem a majestade de um protesto”. É evidente que, quer Antero, quer Oliveira Martins, estavam bem longe do providencialismo histórico que dominava um sector mais conservador e ultramontano da Igreja e o legitimismo. E, como vimos, o historiador era muito crítico em relação ao ideário e à prática política extremamente violenta do regime de D. Miguel.

O retrato psicológico e físico de D. Miguel, que laboriosamente construiu ao longo de cerca de dez anos, era tão verosímil no seu realismo que ofuscou a sua distanciação crítica em relação ao ideário político do miguelismo. Tanto mais que a memória do terror miguelista e da Guerra Civil ainda estava bem viva na sociedade portuguesa. Compreende-se pois que facilmente o juízo de valor moral que Oliveira Martins teceu sobre um vencido e exilado, símbolo maior de um regime de concentração de poderes que recorrera a extrema violência na repressão sobre os seus críticos, tivesse inevitáveis conotações políticas negativas. E que a leitura crítica republicana deste livro de Oliveira Martins se tornasse hegemónica, tanto mais que o percurso político do autor foi controverso (embora não raro interpretado em termos muito simplistas). Partindo de uma inspiração proudhoniana, depois inspirado no socialismo catedrático, aproximou-se do poder moderador, propugnando uma solução de reforma e fortalecimento do estado numa conjuntura de crise. O que todavia não inibiu intelectuais progressistas de se reclamarem do seu legado neste plano, o de um socialismo reformador. E não impediu que desde o pós-guerra (c. de 1945) se assistisse a uma apropriação democrática e socialista do seu legado político, como bem viu Carlos Maurício (2004). Por outro lado, a crítica martiniana ao sistema liberal e a um capitalismo sobretudo assente em atividades não produtivas e especulativas não podia deixar de agradar a esta última apropriação.

Na quase ausência em Portugal de uma historiografia de tendência legitimista que fosse além de argumentos estritamente ideológicos (casos de Alfredo Pimenta ou de João Ameal nos anos 30 e 40 do séc. XX), o *Portugal Contemporâneo* acabou por ocupar lugar destacado na batalha de memórias que se foram construindo acerca do regime de D. Miguel e do regime liberal que se lhe seguiu. Foi decerto incómodo para anti-legitimistas de diversos matizes e deu lugar a uma controvérsia que se manteve até muito tarde. Mas, entre outros tópicos, contribuiu decisivamente para que desde os finais do século XX, a comunidade historiográfica se tivesse interessado por esclarecer um problema que permanecia obscuro: o da verdadeira base social do legitimismo miguelista.

Fontes e bibliografia

Fontes manuscritas

Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio de Oliveira Martins, Cx. 9, Maço C, Carta de Cecília Schmidt Branco a Oliveira Martins, de 14-09-1881.

Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio de Oliveira Martins carta de Joaquim Lopes Carreira de Melo datada de 7-02-1882.

Fontes impressas

AMEAL, João (1941). *Porque escrevi as História de Portugal*, Porto: s.n.

BRAGA, Teófilo (1883 [1880]). *História das ideias republicanas*. Lisboa: Vega.

BRAGA, Teófilo (1881). “J. P. Oliveira Martins Portugal Contemporâneo”. *O Positivismo*, v. III, 345-355.

[BRANCO, Cecília Schmidt] (1881). “Folhetim. Portugal Contemporâneo por... Objecções sobre o modo como são apreciados alguns aspectos históricos no primeiro volume desta obra”. *Jornal do Comércio*, 23-06, 1.

CARVALHO, Joaquim Martins de (1868). *Apontamentos para a História Contemporânea*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

CHAGAS, Pinheiro (s.d.). *História de Portugal popular e ilustrada*. Lisboa: Escritório da Empresa, vol. 12.

FREITAS, Rodrigues de (1881). *O Portugal Contemporâneo do Snr. Oliveira Martins*. Porto: Liv. Universal.

GARRETT, Almeida (s.d. [1830]). *Portugal na balança da Europa*. Lisboa: L. Horizonte.

LEMOS, Maximiniano (dir.) (s.d.). *Enciclopédia Portuguesa Ilustrada*. Porto: Lemos & C.^a, Successor, vol.7, 323-325.

LIMA, Jaime de Magalhães (1902). “Oito anos de repouso”, *J.P. Oliveira Martins, In Memoriam* (1902). sl.: s.n., 13-20.

MACEDO, António Teixeira de (1880). *Traços de história contemporânea*. Porto: Tip. de A. J. da Silva Teixeira.

MAGALHÃES, Luís de (1881). “Portugal Contemporâneo”. *Revista Científica e Literária*, 3, 95-96.

MARTINS, J. P. Oliveira (1948 [1870]). “Os 50 anos da Monarquia Constitucional”, in *Páginas Desconhecidas* (introd., coord. e notas de Lopes de Oliveira). Lisboa: Seara Nova, 99-126.

MARTINS, J. P. Oliveira (s.d. [1^a ed. 1879]). *História de Portugal* edição crítica

- (introd. de Isabel de Faria e Albuquerque e pref. de Martim de Albuquerque). Lisboa: INCM.
- MARTINS, J. P. Oliveira (1946 [1879]). *História da Civilização Ibérica*. Lisboa: Parceria A.M. Pereira.
- MARTINS, J. P. Oliveira (1954 [1880]). *Elementos de Antropologia* (1954 [1880]). 7ª ed.. Lisboa: Guimarães Ed.
- MARTINS, J. P. Oliveira (1953 [1881]). *Portugal Contemporâneo* (1953 [1881]). 7ª ed., vol. I. Lisboa: Guimarães Ed.
- MARTINS, J. P. Oliveira (1890). “O miguelismo”. *A Ilustração Portuguesa*, 2, 21.
- MELO, Joaquim Lopes Carreira de (1862 [1860]). *Portugal, suas dinastias e governos ou verdades históricas e políticas acerca das suas legitimidades*. 2ª ed.. Lisboa: Tip. Universal.
- MOURA, João Lobo de (2002 [1881]). “Carta a O. Martins Junho”. *Cartas a Oliveira Martins e Jaime Batalha Reis* (ed. de Ana Mª Almeida Martins). s.l.: Quimera, 67-80.
- P, IVM (1881). “Folhetim”. *Diário da Manhã*, 30-08, 1.
- PEREIRA, Esteves e RODRIGUES Guilherme (1909). *Portugal. Dicionário histórico ...* vol. IV. Lisboa: João Romano Torres, 1100.
- PIMENTEL, António de Serpa (1896). *Portugal moderno, A queda do Antigo Regimen (1820 até 1834)*. Lisboa: A. M. Pereira.
- PINHEIRO, Rafael Bordalo (1881). “O Portugal Contemporâneo”. *O António Maria*, 18-04, 135.
- PINTO, António J. da Silva (1885). “Ad hominem!”. *A Folha Nova*, 22-08, 1.
- QUEIROZ, Eça (2008 [1891]). “Carta a Oliveira Martins datada de 23.07”, in A. Campos Matos (org.), *Correspondência II*, vol. II. Lisboa: Caminho 2008, 128-132.
- QUENTAL, Antero de (1973 [1865]). “Defesa da Carta Encíclica de sua Santidade Pio IX contra a chamada opinião liberal. Considerações sobre este documento”. *Prosas da época de Coimbra* (ed. crítica de António Salgado Júnior). Lisboa: Sá da Costa, 205-226.
- QUENTAL, Antero de (2009 [1881]). Carta a Oliveira Martins de Maio. *Cartas II* (ed. Ana Mª Almeida Martins). Lisboa: INCM.
- QUENTAL, Antero de (1931 [1884]). “Le Portugal Contemporain – Oliveira Martins”. *Prosas*. Vol. III. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1-11.
- SARDINHA, António (1940 [1918]). “Oliveira Martins”. *Ao princípio era o verbo*. 2ª ed.. Lisboa: Ed. Gama, 159-173.
- SARDINHA, António (1925). “El Rei D.Miguel”. *Ao ritmo da ampulheta*, Lisboa: “Lvmen”, 208 e 216-217.
- SÉRGIO, António (1973 [1955]). “Glosas sobre o miguelismo de Oliveira

- Martins no ‘Portugal Contemporâneo’”. *Ensaio V*. Lisboa: Sá da Costa, 3.
- SOTTOMAYOR, Miguel de (1882). *A realeza de D. Miguel resposta a um livro do Sr. Tomás Ribeiro*. Porto: Liv. Portuense de Clavel e Ca.
- VASCONCELOS, José Leite de (1880-81). “O Portugal Contemporâneo do Sr. Oliveira Martins por J. J. Rodrigues de Freitas...”. *O Pantheon, Revista de Ciências e Letras*. 20, 312.

Bibliografia

- CARDOSO, António Monteiro (2007). *A revolução liberal em Trás-os-Montes (1820-1834): o povo e as elites*. Porto: Edições Afrontamento.
- CATROGA, Fernando (1996). “História e ciências sociais em Oliveira Martins”, in *História da História em Portugal sécs. XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 117-159.
- LOUSADA, Maria Alexandre e FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo (2006). *D. Miguel*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- MACEDO, Jorge Borges de (1981). “Oliveira Martins e o liberalismo constitucional”. *Futuro presente*, 8, Nov.-Dez., 9-12.
- MAURÍCIO, Carlos (2004). *A invenção de Oliveira Martins*. Lisboa: INCM.
- MATOS, Sérgio Campos (s.d.). “Historiografia nos séculos XIX e XX”, in Rui Ramos, Nuno G. Monteiro, José L. Cardoso e Isabel Corrêa da Silva (eds.), *Dicionário Crítico da Revolução Liberal Portuguesa*, no prelo.
- PINA, Ana Maria (s.d.). “Soriano, S.J. da Luz”, in Sérgio Campos Matos (coord.), *Dicionário de Historiadores Portugueses* (https://dichp.bnportugal.gov.pt/historiadores/historiadores_soriano9.htm).
- ROUSSO (2016). *A última catástrofe. A história, o presente, o contemporâneo*. R. de Janeiro: FGV Editora.
- RUFINO, Carolina T. (2018). *Na génese de uma narrativa histórica sobre o miguelismo: o Portugal Contemporâneo de Oliveira Martins* (policopiado). Lisboa: FLUL
- SERRÃO, Joel (1968). “Miguel, D.”. *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, vol. III, 55-58.
- SILVA, Armando Malheiro da (1993). *Miguelismo ideologia e mito*. Coimbra: Minerva-História.